

RESENHAS / REVIEWS

DOMINGUES, Ivan. **O grau zero do conhecimento, o problema da fundamentação das ciências humanas**. São Paulo: Edições Loyola, 1991.

José Rogério Mendes*

O texto em análise estabelece uma linha histórico-evolutiva das diferentes configurações do homem e da conseqüente reflexão antropológica que despontam do pensamento ocidental, por meio da intrigante questão: que é o homem?

Daí, tem-se como imperativo impulsionador da humanidade o preceito “conhece-te a ti mesmo” que justificou o caminhar da fundamentação do conhecimento humano e da ciência por vários momentos da história (antiguidade clássica, idade média, modernidade).

Todo esse processo, indiscutivelmente, tornou-se arcabouço necessário para fundamentar a análise que se propõe toda a obra de Domingues, no que de perto nos interessa, o problema da fundamentação das ciências humanas.

Na antiguidade clássica, pensa-se o homem e a compreensão do seu destino no universo. Entra em cena a reflexão com esteio em uma filosofia “interiorista” da qual não se apartou – no último momento, pelo menos – da ideia de que esta compreensão só poderia ser atingida com plenitude ao se considerar o papel do homem no universo perfeito e equilibrado (cosmologia). Tal integração foi matriz de um homem dotado de alma, consciência ética e política.

Porque não se falar em filosofia antropológica, posto que o homem não é um ser acabado, mas em busca constante de si mesmo e “a verdade é filha de um pensamento dialético” que não pode ser alcançado sem a contribuição do diálogo. Alcança-se, daí, a consciência. Alma será construída de três faculdades: razão (que deverá prevalecer para que nos distinguir dos animais), desejo e sensibilidade.

* José Rogério Mendes, Mestre em Direito Ambiental pela Universidade Estadual do Amazonas (UEA), Especialista em Direito Público (Direito Constitucional e Administrativo) e graduado em Direito pelo Centro Universitário de Ensino Superior do Amazonas (CIESA). Atualmente é Professor Universitário na mesma instituição nas cadeiras de Direito Administrativo I, Direito Administrativo II e Direito Processual Administrativo. Advogado (licenciado) e Analista Judiciário do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas. e-mail jrogeriojr@gmail.com

Contudo, a Idade Média trouxe um novo objeto como resposta ao que é o homem. Tem-se aí um novo parâmetro de pensamento, totalmente alicerçado na visão cristã do próprio homem e do universo que o cerca. A antiga antropologia do homem interior é substituída pela antropologia do homem pecaminoso. O homem conhece-se a si mesmo a partir de uma entidade a ele superior (Deus e revelação divina), mudando completamente o foco da fundamentação não apenas de seu comportamento, mas também da ciência. Há agora o imperativo da salvação e não do conhecimento.

O homem é inferiorizado, não é mais a mais divina das criaturas, e a concepção de que seria o centro justificador de tudo e de todos é concebida com uma heresia a ser cotidianamente expurgada. Não se perdeu do homem a sua alma, mas apenas a reintegrou à uma figura divina e única. Tal teologia foi racional e em algum momento conseguiu significativo avanço ao promover a reflexão do homem em si mesmo.

Já a Idade Moderna estréia a ideologia de que o homem é suficientemente forte e poderoso para desafiar qualquer dinvidade, deusificava-se agora a ciência, como última ferramenta da evolução humana. A concepção de alma se dilata e abarca o corpo e as pulsões da carne, prevalecendo sobre a parte do homem que tende apenas ao racional. Havia, então, um novo e natural padrão de racionalidade baseado na matemática, ciência universal que, posteriormente, foi usada inclusive para justificar as ciências humanas (mundo moral, social e político), com base na observação empírica e análise lógica.

Aos poucos a antropologia inicial do homem-máquina, com mecanismos invariáveis que regulam as coisas humanas, não mais acomodava os rumos da natureza humana, foi quando eregiu-se a antropologia histórica, que integrou o homem ao fator temporal, como não poderia deixar de ser. A história é incorporada à Episteme. O paradigma vem do binômio história/evolucionismo. A alma já é fator menos relevante diante da demais ciências, em especial da biologia, que comprova que homem, antes descentrado da própria natureza, depois do universo, reduzia-se a um organismo vivo comum exposto às vicissitudes do tempo e sujeito aos seus contornos.

Quanto às ciências humanas, o acima abordado “dawirismo” não chegou a ser social com plenitude, posto a divisão das ciências em: ciências da natureza e ciências hermenêuticas ou históricas. Com isso, restabelece-se tacitamente e direcionadamente a vetusta ideia de alma, revestida da roupagem de consciência, mas quando edificam-se as obras de Marx e Freud, edifica-se também como fator de determinação do sujeito o modo de produção e a parte inconsciente do

indivíduo, pondo fim à filosofia do indivíduo que não mais é capaz de se sustentar. Serviram-se do método hipotético-dedutivo, adaptando-o à matéria da vida psíquica e social. Destarte, a herança deixada foi a de que o homem (natureza humana) ao longo da história foi cada vez mais deixando de ser um obstáculo epistemológico.

Na análise do último capítulo, tem-se a análise o problema da fundamentação das ciências humanas e as estratégias discursivas por elas utilizadas ao longo da modernidade (estratégia essencialista e fenomenista). E nesse ponto já se pode anotar que, na modernidade, não bastava a fundamentação do conhecimento, mas a fundamentação absoluta do mesmo; o questionamento, da mesma forma, não cingia-se à verdade e a origem do conhecimento apenas, mas ao método de justificação; evitando-se tão somente reportar o seu conhecimento ao seu princípio, mas legitimar as próprias evidências.

Por exemplo, para os gregos a fundamentação científica tinha um viés determinado nas suas crenças de que a maior preocupação do homem se dá pela alma, restando as medidas pouca importância já que era de domínio dos deuses, mas para o homem moderno vigia a insatisfação eterna até que todos os fundamentos fossem demonstrados, na exata proporção de sua desconfiança (fundamentação absoluta). A partir desta postura, surgiu a exigência de encontrar o começo absoluto ou o grau zero do conhecimento.

O discurso da ciência se constitui de um corpo de proposições sucessivas (ou regressivas) e fundamentadas que parte de um certo ponto: um axioma ou um princípio empírico fixo e seguro, o que se chama de ponto arquimediano do conhecimento que tem função de fundar fixamente as bases do conhecimento. Esta função é o princípio da fundamentação suficiente do conhecimento.

Resenha recebida em: 11/05/2014

Aprovado para publicação em: 28/07/2014

Como citar: **MENDES José Rogério, DOMINGUES, Ivan. O grau zero do conhecimento, o problema da fundamentação das ciências humanas.** São Paulo: Edições Loyola, 1991. Revista do Direito Público. Londrina, v.9, n.2, p.223-225, mai./ago. 2014. DOI: 10.5433/1980-511X.2014v9n2p223.